

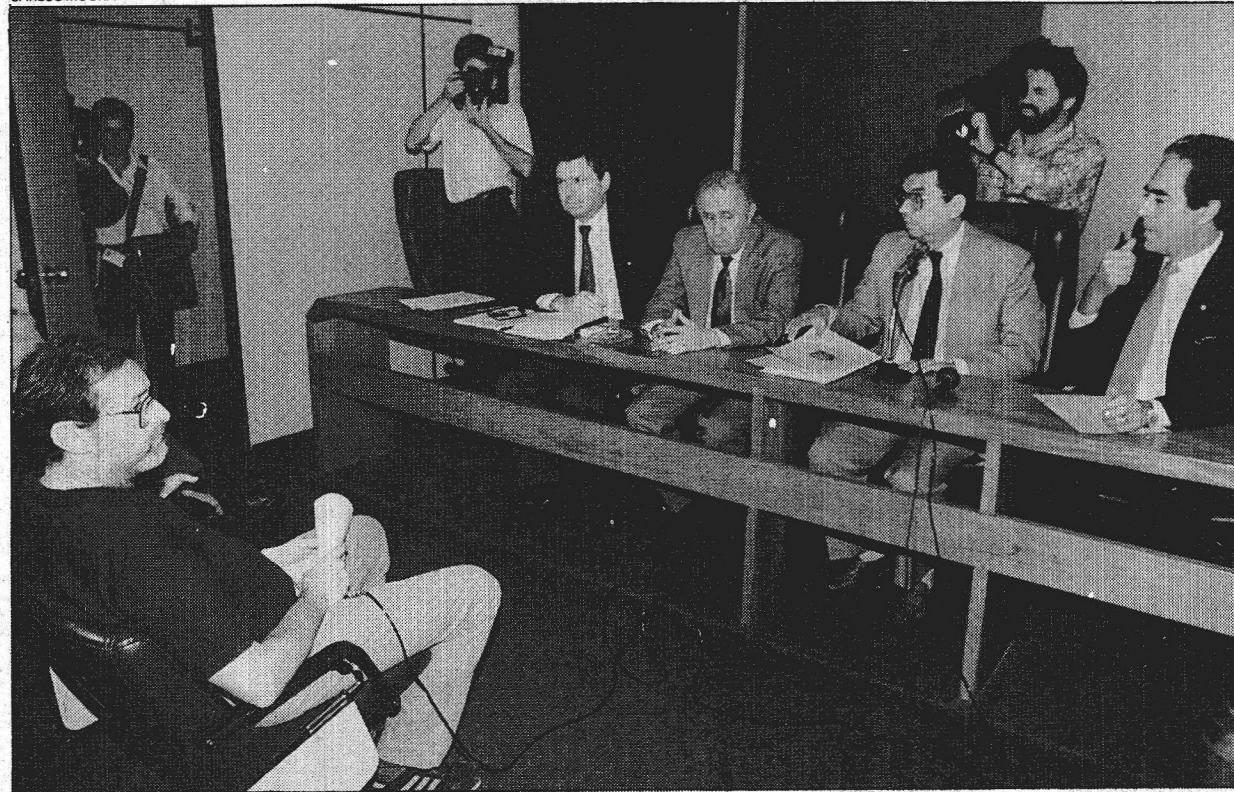
José Carlos reforça acusação contra Fiúza

A CPI do Orçamento deverá ouvir novamente o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). A decisão será tomada pelo presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) após conhecer os motivos das subcomissões de Emendas, Subvenções Sociais e Patrimônio, que encaminharam o pedido. Os coordenadores das subcomissões querem esclarecer algumas dúvidas que ficaram no primeiro depoimento do ex-ministro da Ação Social e que foram ressaltadas ontem, durante três horas, pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos.

No depoimento, o economista garantiu aos parlamentares Garibaldi Alves (PMDB-RN), Lázaro Barbosa (PMDB-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Nelson Trad (PTB-MS) que existe um comprometimento muito grande de Fiúza com a liberação das verbas de subvenções sociais voltada para o esquema do deputado João Alves (sem partido-BA). De posse de dois bilhetes manuscritos por Ricardo Fiúza, o economista detalhou a forma de distribuição dos recursos. No primeiro, encaminhado para o secretário-executivo do Ministério, Maurício Vasconcellos, Fiúza determinava que 80 por cento das dotações orçamentárias provenientes das subvenções fossem priorizadas para as entidades tradicionais, um total equivalente a 80 bilhões de dólares e mandava o secretário combinar com o Dr. José Carlos.

José Carlos conseguiu contestar também através das relações das emendas acrescentadas no orçamento, depois de aprovado, que as entidades atendidas foram

CARLOS MOURA



José Carlos (E) detalha aos parlamentares da CPI o esquema de liberação das subvenções sociais

aquelas pertencentes ao esquema João Alves, mesmo a maioria estando fora da Bahia. A maior parte se concentrava no Rio de Janeiro e fazia parte das emendas apresentadas pelo deputado Fábio Raunhetti.

O outro bilhete do ex-ministro Ricardo Fiúza, segundo José Carlos, foi escrito durante uma reunião com os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e João Alves e trata do atendimento às instituições tradicionalmente subvencionadas e em caráter de urgência. Neste caso, a fatia que coube ao deputado João Alves foi

de 13 bilhões de dólares e, ao próprio Ricardo Fiúza, sob a designação de indicações políticas, observados os trâmites legais, cinco bilhões. Os critérios, conforme o próprio ministro escreveu, seriam conceder o dinheiro para as mesmas entidades atendidas em 1991, com os mesmos valores, apenas corrigidos pela inflação. E, no final uma observação: "O mínimo para a Bahia".

Segundo o ex-diretor de Orçamento, esta observação era um blefe, uma vez que o Estado da Bahia foi um dos mais aquinhoados durante o ano de 1992. José

Carlos ressaltou também que a reunião com os três deputados serviu para definir o uso político das subvenções orçamentárias em relação ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Para o coordenador da Subcomissão das Subvenções Sociais, Garibaldi Alves, o economista comprometeu e muito a situação do deputado Ricardo Fiúza ao esclarecer a ligação direta do ex-ministro com o esquema do deputado baiano João Alves. O senador garantiu que, pelo menos na Subcomissão de Subvenções Sociais, Ricardo Fiúza será ouvido novamente.